

Ao vivo

Curso de atualização:

CONTRATUALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Aulas exclusivamente via Zoom 

Público Alvo:

Advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público, magistrados, tabeliães, registradores, professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e demais profissionais que atuam ou desejam atuar com Direito de Família, Sucessões, Responsabilidade Civil, Planejamento Patrimonial e Sucessório, especialmente aqueles que buscam aprofundar sua atuação consultiva, preventiva e estratégica na elaboração de pactos, contratos familiares, instrumentos de planejamento e responsabilização civil nas relações familiares.

Corpo Docente:



Alexandre Câmara



Cintia Burille



Cristiana Mendes



Daniela Mucilo



Fernanda Las Casas



João Aguirre



Luciano Figueiredo



Marcos Ehrhardt



Marília Xavier



Ricardo Calderón



Rodrigo Mazzei



Salomão Resedá



Silvana do Monte



Justificativa Acadêmica

As transformações contemporâneas nas relações familiares e sucessórias vêm ampliando o espaço da autonomia privada, da prevenção de litígios e da responsabilização civil no âmbito das famílias. Pactos antenupciais, contratos de convivência, autotutela, planejamento sucessório, contratos de namoro, parentalidade, alimentos, adoção, proteção à pessoa idosa e novos danos decorrentes da vida digital passaram a exigir uma atuação jurídica mais técnica, estratégica e interdisciplinar.

Nesse contexto, o curso se justifica pela necessidade de oferecer ao profissional do Direito uma formação atualizada sobre os limites e possibilidades da contratualização no Direito de Família e Sucessões, bem como sobre as hipóteses de responsabilização civil decorrentes das relações conjugais, parentais, patrimoniais e sucessórias.

A proposta acadêmica busca integrar fundamentos teóricos, análise jurisprudencial e aplicação prática, preparando o aluno para compreender os novos instrumentos de organização familiar, prevenir conflitos, estruturar soluções jurídicas seguras e atuar de forma qualificada diante dos desafios atuais da advocacia familiarista e sucessória.



Objetivos:

Capacitar profissionais do Direito para compreender e aplicar, de forma técnica e estratégica, os instrumentos de contratualização no Direito de Família e Sucessões, analisando os limites da autonomia privada, a prevenção de litígios e as novas hipóteses de responsabilidade civil nas relações familiares, conjugais, parentais, patrimoniais e sucessórias.

O curso tem como objetivo desenvolver uma visão prática e atualizada sobre pactos antenupciais, contratos de convivência, autotutela, planejamento sucessório, contratos familiares, alimentos, abandono afetivo, alienação parental, adoção, proteção ao idoso, novas tecnologias e negócios processuais, preparando o aluno para atuar com segurança na advocacia consultiva, preventiva e contenciosa.



Conteúdo Programático

03/09 | AULA MAGNA – Cristiana Mendes

Fundamentos da Contratualização no Direito de Família. Novos olhares sobre a contratualização familiar: a possibilidade de criação de um "Direito de Família próprio" pelas partes. Autonomia da vontade versus autonomia privada: limites de intervenção estatal. A substituição progressiva da norma legislada cogente pela norma construída pela vontade dos cônjuges e conviventes. Cláusulas existenciais e patrimoniais: distinções e aplicabilidade.

10/09 | AULA 02 – Cíntia Burille

Requisitos de existência, validade e eficácia dos pactos antenupciais e contratos de união estável. Negócios jurídicos intramatrimoniais (repactuação de convivência no curso da união) e pós-matrimoniais. Limites da contratualização dos alimentos, escolha e hibridização de regimes de bens. A polêmica da retroatividade dos efeitos patrimoniais no registro da união estável.

17/09 | AULA 03 – Daniela Mucilo

Direito de Família existencial e preventivo: diretivas antecipadas de vontade e o contrato de autocuratela. Aspectos contratuais, limites e procedimentos da Tomada de Decisão Apoiada. Atos e atas notariais como ferramentas de prevenção de litígios e fixação de marcos temporais familiares.



Conteúdo Programático

24/09 | AULA 04 - Marília Xavier

Contrato de namoro: distinção prática e eficácia probatória em face do namoro qualificado e da união estável. Contrato de gestação de substituição ("barriga de aluguel") e contratos de parentalidade em inseminações caseiras. A viabilidade jurídica (ou impossibilidade) de contratos no poliamor (multifamilismo). A outorga conjugal e o aval sob a ótica do casamento e da união estável.

30/09 | AULA 05 – Rodrigo Mazzei

Limites do planejamento sucessório no ordenamento brasileiro: a proibição de pactos sucessórios (pacta corvina) e as saídas lícitas. Doação com reserva de usufruto e inserção de cláusulas restritivas (inalienabilidade, impenhorabilidade, incomunicabilidade e reversão). A partilha em vida como instrumento de pacificação familiar e eficiência tributária.

08/10 | AULA 06 – Marcos Ehrhardt

Elementos clássicos (ato ilícito, nexa causal, dano e culpa) adaptados ao microssistema das relações familiares. A função da boa-fé objetiva e a aplicação de institutos limitadores do exercício de direitos: Nemo potest venire contra factum proprium (proibição de comportamento contraditório). Surrectio, suppressio, tu quoque e exceptio doli no contexto familiar. A discussão doutrinária sobre a "monetização" das relações afetivas.



Conteúdo Programático

15/10 | AULA 07 – Luciano Figueiredo

Responsabilidade civil pelo rompimento de noivado (promessa de casamento) e danos decorrentes da nulidade ou anulabilidade do casamento. Dissolução conjugal e danos morais por infidelidade ou relacionamentos extraconjugais: quando a violação dos deveres conjugais gera dever de indenizar? Exposição vexatória de intimidade, transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e violação de direitos da personalidade na era digital. Responsabilidade civil pela não comunicação da paternidade e pela falsa imputação de paternidade (erro sobre a paternidade).

22/10 | AULA 08 – João Aguirre

A fraude patrimonial na partilha de bens: simulação, ocultação e desvio de ativos. Responsabilidade civil decorrente da má gestão do patrimônio comum ou particular do parceiro e respectivas indenizações. Arbitramento de aluguel/indenização pelo uso exclusivo de bem comum após a separação de fato.

29/10 | AULA 09 – Ricardo Calderón

Abandono material e afetivo: pressupostos caracterizadores e a tese do "dever de cuidado como obrigação jurídica" firmada pelo STJ. Presunção de abandono decorrente da ausência deliberada de registro de nascimento. Responsabilidade civil pelo uso abusivo do poder familiar e limitações despropositadas ao regime de convivência (ausência ou negligência nas visitas). Aspectos civis da Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010) e a responsabilidade civil do genitor alienador. Danos biopsicológicos à criança/adolescente e configuração de dano moral pela imposição de falsas memórias.



Conteúdo Programático

03/11 | AULA 10 – Fernanda Las Casas

O dano moral decorrente do inadimplemento alimentar voluntário e a análise jurídica da execução de alimentos. Alimentos compensatórios versus alimentos ressarcitórios: pressupostos de concessão e liquidação. Recebimento indevido de pensão alimentícia e a discussão sobre a repetibilidade dos alimentos. Julgamento sob a perspectiva de gênero aplicado às lides de alimentos e à fixação da obrigação alimentar: superando assimetrias estruturais na divisão do trabalho reprodutivo e de cuidado.

12/11 | AULA 11 – Salomão Resedá

A exposição excessiva dos filhos na internet (sharenting), cyberbullying e a responsabilidade civil dos pais. Intervenções medicamentosas, vacinação de menores e conflitos de poder familiar. Responsabilidade civil na reprodução humana assistida em vida e post mortem: implicações para o planejamento familiar e sucessório. Responsabilidade civil pelo nascimento de filhos indesejados (wrongful conception e wrongful birth): análise de casos práticos.

19/11 | AULA 12 – Silvana do Monte

Responsabilidade civil na violência de gênero e reflexos patrimoniais e extrapatrimoniais. Responsabilidade civil nos processos de adoção e os danos decorrentes da desistência tardia ou devolução do adotando. A responsabilidade civil do Estado no atraso injustificado de processos de adoção ou falhas de habilitação. A responsabilidade civil em face de pessoas idosas e incapazes: abandono afetivo inverso e desamparo material.



Conteúdo Programático

03/12 | AULA 13 – Alexandre Câmara

Definição de competência jurisdicional: Vara de Família versus Vara Cível para processar pretensões indenizatórias decorrentes das relações familiares. A utilização de negócios jurídicos processuais atípicos no âmbito do Direito das Famílias e das Sucessões: limites e aplicabilidade prática. Novas questões processuais no inventário e na partilha de bens. Quantificação do dano moral familiar: a aplicabilidade do método bifásico do STJ e mecanismos de reparação não pecuniária. Análise de precedentes judiciais relevantes e julgamento de casos concretos emblemáticos de responsabilidade civil familiar e sucessória.

